

A democracia portuguesa trinta anos depois, sabemos que a terceira vaga da democracia começou naquela madrugada de 25 de Abril e é interessante notar que essa terceira vaga, que se iniciou com o caso português, marcou a passagem do debate em termos de ciência política.

Marcou a passagem do debate da democracia em oposição a outros regimes, para o debate sobre a qualidade da democracia, como podemos ter uma democracia mais funcionante, mais eficaz onde os cidadãos se sentem melhor representados.

E acho que esta é uma grande vitória destes últimos 30 anos, porque este também é o debate actualmente em Portugal. Felizmente, o caso português apesar de ser uma democracia relativamente recente e ser uma democracia recém consolidada, o debate neste momento é o debate sobre a qualidade da democracia.

O objectivo desta comunicação é analisar esta temática: a qualidade da democracia e ver qual é o impacto dos partidos políticos na qualidade da democracia em Portugal ao longo destes 30 anos, quer no *out put* em geral e também a partir daí, considerar caminhos que a experiência comparativa sugere para o papel dos partidos dentro da democracia em Portugal.

Esta comunicação pode parecer algo crítica aos partidos políticos por isso antes de começar, queria dizer que nem tudo é mau. E há uma coisa em particular que devemos aos partidos políticos, que até é o facto de estarmos aqui hoje.

Os partidos políticos portugueses tiveram um papel central no processo de democratização, quer na transição e sobretudo na consolidação democrática que se seguiu. Como Morlin refere foi uma democratização através dos partidos e como tal realmente devemos reconhecer esse papel aos partidos.

Ao mesmo tempo se a relação entre os partidos e a democracia não é unidireccional, eles não são apenas a causa da consolidação democrática, eles são também na sua forma de agir influenciados pelos padrões e pelas características específicas do processo de democratização portuguesa. Esta dimensão vale a pena reter e vamos analisá-la de seguida também.

Vamos começar por analisar os padrões de avaliação que os cidadãos fazem com a democracia em Portugal, para ver o que esperamos e o que esperam os cidadãos da democracia. Aquilo que sabemos, por exemplo do trabalho de Manuel Vilaverde Cabral e do Pedro Magalhães é que os portugueses estão satisfeitos com a democracia enquanto regime mas mostram-se descontentes e insatisfeitos com o funcionamento da democracia e com os *out puts* da democracia.

Os portugueses têm baixos sentimentos de eficácia política, sentem uma elevada distância do poder, 71% da população pensa que os governantes deviam ouvir os cidadãos antes de tomarem decisões, apenas 7% pensa que isto acontece na realidade. Apenas 1,5% pensa que compete aos governantes, governar e aos cidadãos obedecer, mas 66% pensa que é essa a visão dos governantes na prática.

Pedro Magalhães resumiu este padrão numa expressão muito feliz, porque remete para os três dês – os portugueses são democratas, porque apoiam a democracia, mas são descontentes e desafectos. E se calhar são esses três dês que temos de nos preocupar hoje.

Qual o papel dos partidos políticos aqui? Os partidos políticos tem na concessão comum de democracia, tem um papel fulcral e central, eles são o principal instrumento de ligação entre a sociedade e o Estado, eles são um instrumento de representação e são uma ponte entre o Estado e a sociedade, são um canal de expressão e servem também para agregar os interesses dos cidadãos. Scheneider refere que os partidos políticos criaram a democracia e que a democracia moderna é impensável sem partidos políticos.

Ao mesmo tempo a evolução recente dos padrões democráticos sugere que este papel em termos de democracia e do papel dos partidos na democracia, não é desempenhado por qualquer tipo de partido, remete para um pressuposto que não está na análise de Scheneider de forma perceptível, que é a existência de partidos de massas.

Os partidos de massa, são partidos com um forte enraizamento social, com uma base social ampla, participante, com objectivos e posições bastante claras e um forte enraizamento social como referi.

Ora aquilo que constatamos ao nível das democracias modernas é que a partir dos anos 60 e 70, temos um declínio dos partidos de massas, são substituídos por novas formas de representação política menos centradas, e menos enraizadas na sociedade. Se isso acontece no contexto europeu, em Portugal temos um contexto ligeiramente diferente. Diferente na medida de que, se a Europa teve partidos de massas e os perdeu, Portugal nunca os chegou a ter.

O contexto da democratização em Portugal implica que 1974 foi de certa forma o ano zero da organização política no nosso país. Os partidos incluindo o PCP, o único partido relevante a funcionar em Portugal antes do golpe de Estado, emergem no contexto revolucionário como organizações políticas legais empenhadas em obter o apoio em massa da sociedade para fins eleitorais.

Ora os partidos surgem como organizações, num contexto em que a questão mais premente era a democratização e aquilo que constatamos é que isso influencia significativamente o processo, o relacionamento dos partidos dentro do sistema político português.

Os partidos adoptam assim uma dimensão institucional, antes de terem uma base social sólida, vemos partidos no Governo meros dias depois de terem sido formados. E portanto temos os partidos cartelizados “avant la lettre” na medida que eles são centrais no sistema político através do seu papel no Estado, um papel no Estado que é regulado pelos próprios partidos. Ora há um risco aqui, se essa estratégia era razoável no contexto da democratização e dos conflitos que aquele contexto gerou, há o risco posteriormente de que a ponte se afaste da sociedade e isso tem implicações para a democracia. Como tal a ideia de espectáculo mediático, pode ser de certa forma inferida como consequência deste padrão de cartelização. O **P. Colours** tinha uma expressão muito bem conseguida em que comparava a política partidária com a luta livre americana.

(fim da cassete)

(...) implica o relacionamento desse género entre os partidos políticos, os partidos estando dependentes dos recursos do Estado, para a sua posição central no sistema político, tem interesse em se meter nessa posição e temos

aquilo que em economia diríamos que é um cartel que surge a partir das estratégias racionais dos intervenientes sem que seja um acordo formal, mas é o resultado e isso tem implicações para a democracia.

Na medida que leva, como Pedro Magalhães disse, a escolher a saída à voz. **Harchemen** definia as opções de um cidadão perante uma situação com o qual não está satisfeita como “voz”, poder de expressar e exprimir de forma a que a situação se altere ou retirar-se. Em Portugal os cidadãos retiram-se, alienam-se, afastam-se dos partidos, esta saída não é necessariamente má para os partidos, como sugere **Vottenbergh**, um partido ser eleito com menos votos não é mau. É o equivalente a uma empresa que consegue manter o mesmo lucro, vendendo menos produto. Mas há um risco, que um dia esses eleitores desafectos voltem, e voltem tendo encontrado uma voz e o risco aqui é que essa voz será uma voz extremista e populista que possa por em causa, não só o sistema de partidos mas a própria estabilidade do sistema política.

Dalton e **Vottenbergh** sugerem que temos de começar a pensar o impensável, temos que começar a pensar na democracia sem partidos, esse é um pensamento que é particularmente difícil em Portugal na medida em que implica novas formas de participação política que substituam aquele canal de expressão tradicional que é o partido político.

O problema em Portugal é que os cidadãos sentem essa insatisfação com os partidos políticos, mas não surgem na medida suficiente as novas formas para se expressarem. Como refere o professor Manuel Vilaverde Cabral, o sueco com menor índice de participação política, tem uma participação política superior à do português mais participativo.

E portanto não temos sido capazes de encontrar essas novas formas e isso torna este retraimento dos partidos particularmente problemático em Portugal. Como fazer nova política? Este parece ser o Santo Graal dos políticos portugueses, cada novo político diz que temos de encontrar novas formas de lidar com a sociedade, que a distribuição de sacos de plásticos nas campanhas pelas feiras, não é a melhor forma de fazer política. Infelizmente o desejo não é sinónimo de resultado, a pergunta que é legítima é como é que vamos fazer nova política quando ninguém a fez até agora?

Em 2006 veremos outra vez os partidos nas feiras a distribuir sacos de plástico, porque ainda não fomos capazes, e aqui nós cientistas políticos temos responsabilidade, de encontrar formas de ultrapassar estas barreiras, que surgem entre partidos e sociedade em Portugal.

Eu aqui para concluir, gostaria de propor algumas ideias, para como fazer nova política. E aqui queria sugerir maior realismo por parte dos partidos políticos. Os partidos políticos têm uma tendência para gerar expectativas, potencialmente irracionais nos cidadãos. Nós sabemos que há uma transformação nos processos de governação, a passagem de Governo para *governance*, o esvaziamento do Estado, decisões e políticas públicas geradas e impulsionadas por uma multiplicidade de actores, sendo o Estado um deles e não necessariamente o principal deles.

E aqui o risco deste padrão de governança, esta tendência para termos múltiplos actores é que cria mais bodes expiatórios. A tendência dos políticos sempre foi de assumir os louros do sucesso e endossar as responsabilidades dos erros para os outros. Maquiavel foi o primeiro a reconhecer isso, provavelmente antecedia-lhe a prática. Ora a *governance* com a sua

multiplicidade de actores, implica se tornar mais fácil endossar responsabilidades para outros.

O caso da colocação dos professores este ano é paradigmático disto, de quem foi a culpa? Do ministro, a ministra passa para o ministro anterior, que passa para a empresa privada, que passa para a direcção geral e isto tem implicações para a democracia, porque a democracia implica também **uncomputability**, sermos capazes de reconhecer e responsabilizar os governantes pelas decisões que tomam.

A *governance* implica que pode se tornar mais difícil reconhecer os responsáveis e reduz portanto o papel de **uncompatibility** dos cidadãos, a incapacidade de reconhecer e de identificar o responsável, inevitavelmente contribui para o descontentamento e insatisfação dos cidadãos. Mas também gera insatisfação não só com o sistema político mas com os próprios partidos políticos porque se eles rapidamente assumem a responsabilidade quando algo corre bem, é inevitável que os cidadãos lhe atribuam responsabilidades quando algo corre mal.

Portanto talvez, os partidos devam começar a pensar ser mais realistas, na mensagem que transmitem, talvez prometer tudo quando sabem que não é verdade, talvez possa contribuir para a insatisfação que os cidadãos depois sentem com eles. A *governance* é um mapa como são tomadas as decisões, se os partidos reconhecem esse novo mapa, não estão a transmitir que existe um novo mapa para os cidadãos.

Finalmente, queria concluir por introduzir uma nota potencialmente mais controversa, há coisa de um ano surgiu um documentário, um trabalho que analisava as empresas e tentavam identificar o tipo de pessoas que seriam as empresas. E chegou à conclusão que se as empresas fossem pessoas, seriam psicopatas porque a motivação dos psicopatas gera em torno do poder e do estatuto, evita a empatia e apego, tem uma conduta agressiva, violenta dirigida a uma meta específica, tenta manipular tudo e vê-se no centro do universo. Eu penso que esta ideia como psicopata talvez seja aplicável para os partidos políticos também. Aquilo que é “politics as usual”, para políticos e para nós politólogos também pode não ser para o cidadão e isto é relevante porque os cidadãos não estão dispostos a ver acontecer tudo para vencer.

E isto é a nota positiva com que gostaria de acabar, os cidadãos se calhar estão dispostos a ver o seu clube de futebol a fazer qualquer coisa para ganhar ou talvez empresas a fazer tudo, mas não estarão satisfeitos com partidos que façam isso e isso sugere que para os cidadãos a política é importante, e isso é a nota positiva que temos de retirar disso tudo.